

**MINISTÉRIO DAS CIDADES**  
**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES**  
**CONCIDADES**  
**REALIZADA NOS DIAS 15 E 16/06/2004**

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e quatro, às quatorze horas, no auditório do Hotel Nacional, situado no SHS - Setor Hoteleiro Sul – Quadra 01, Bloco “A”, Brasília-DF, sob a presidência do Excelentíssimo Ministro das Cidades, Olívio Dutra, com a presença de 58 Conselheiros titulares, 23 Conselheiros suplentes e 17 Observadores, conforme anexo I, representados por 07 do Poder Público Federal, 5 do Poder Público Estadual, 9 do Poder Público Municipal, 19 de Entidades dos Movimentos Populares, 07 de Entidades Empresariais, 4 de Entidades de Trabalhadores, 4 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 3 de Entidades não Governamentais e 18 Observadores, teve início a segunda Reunião Ordinária do Conselho das Cidades – ConCidades, destinada a apreciar a seguinte pauta: 1.Sistema Nacional de Habitação, 2. Recomendações para a criação de conselhos estaduais e municipais, 3. Lei do parcelamento do solo-6766, 4. PPA e diretrizes para a elaboração do orçamento 2005, 5. Marco Regulatório do Saneamento. O Presidente declarou aberta a Reunião do ConCidades, parabenizando o nível de consensos produzidos nos Comitês Técnicos, ressaltando a importância do aprofundamento dos temas com a finalidade de elaborar a nova política de desenvolvimento urbano e por fim falou sobre a satisfação do Ministério das Cidades em participar e organizar o ConCidades. Avisou que teria que se ausentar para representar o Ministério, na URBIS, evento que estava se realizando em São Paulo e passou a representação do Ministério para a Secretária Executiva do Ministério das Cidades, Sra. Ermínia Maricato. A Secretária Executiva após cumprimentar os conselheiros passou a coordenação da reunião para a Coordenadora da Secretaria Executiva do ConCidades, Iria Charão. Verificado o quorum Regimental, a Senhora Iria, cumprimentou os presentes e submeteu a pauta para o Plenário que a aprovou por unanimidade. Logo após, a Coordenadora fez a leitura da Ata da primeira reunião do ConCidades e foi aprovada por unanimidade. Avisou que a partir de comunicações recebidas três retificações se faziam necessário na lista de presença: Sr. Flávio José Helmann da Silva da FNP- Frente Nacional de Prefeitos, o Sr Wilson Valério da R.Lopes da CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores e o Sr. Antônio Carlos Filgueira Galvão do Ministério da Integração Nacional estavam presentes na primeira reunião do ConCidades, mas por algum motivo não estavam na lista de presença. Em seguida, Srª Iria Charão fez um agradecimento a todos que colaboraram para a viabilização da segunda reunião do ConCidades. Logo em seguida, colocou o primeiro ponto da pauta em discussão: **1.Sistema Nacional de Habitação.** O Secretário Nacional de Habitação – Sr. Jorge Hereda, fez um relato sobre o plano nacional de habitação que está em elaboração. Justificou a necessidade de se ter uma política nacional de habitação e, especialmente, para a atender ao direito e acesso a uma moradia digna para todos. Informou sobre as conclusões da reunião do Comitê Técnico da Habitação ocorrido no dia anterior, conforme o anexo II. Logo após, foram abertas as intervenções ao Plenário e o primeiro a falar foi o Conselheiro Benedito Barbosa da CMP que propôs uma agenda de debates sobre a proposta de política de habitação. A seguir o Conselheiro Nazareno Stanislaw Afonso da ANTP observou que não estava muito

clara a relação da política habitacional com o debate da mobilidade urbana e da política urbana. O Conselheiro Gegê da CMP fez uma intervenção no sentido de demonstrar a necessidade de trabalhar mais as propostas e os pontos de conflito. O Conselheiro Miguel do MNLN disse que o debate teria que continuar, porque alguns conflitos estavam em pauta, como a agência reguladora, a falta do papel deliberativo do Conselho das Cidades. O Observador pelo Estado de São Paulo, Senhor Marco Campagnone, falou de seu entusiasmo com as novas propostas de sistemas e recorda que alguns anos atrás se falava sobre o rombo do FCVS que estaria em torno de 30 (trinta) bilhões e aproveitou para perguntar quem teria a atribuição para resolver essa questão: seria o Ministério da Fazenda, o Ministério das Cidades ou a Caixa Econômica Federal? e que tipo de encaminhamento está sendo buscado?. O Conselheiro Nabil Bonduk da FENAVRU propôs formar um grupo de trabalho para aprofundar as questões polêmicas como a criação da agência de regulação, criação da Carteira de Investimentos e Participações, recursos vinculados à Habitação, lucro zero para empreendimentos de Interesse social. A Conselheira Neusinha Santos da UVB falou da necessidade de se fazer uma agenda detalhada para aprofundar o debate. O Conselheiro Raul Carrion da UVB, disse que o momento exige uma luta de todos em apoio ao Projeto 2710/92 para ser aprovado no Senado e apoiar a proposta do Conselheiro Nabil. O Conselheiro Marcos Augusto Netto da CNC disse que todos tiveram acesso aos documentos que foram enviados antecipadamente aos conselheiros, e por isso via a necessidade de uma definição dos pontos da discussão para não ficar adiando o debate para próxima reunião. Disse que o grau de consenso no comitê foi grande. O Secretário Jorge Hereda disse que esses pontos serão levados para o Comitê Técnico de Habitação. O Conselheiro Gerson Brito da CONAM fortaleceu a proposta que indica o aprofundamento das questões mais polêmicas. O Observador Francisco pelo Estado do Ceará observou que a população é vítima das agências reguladoras no Brasil, visto que são mais defensoras do capital externo do que dos consumidores. O Conselheiro Wander da CONAM, falou que concorda na criação de um instrumento para poder regulamentar, fiscalizar, não apenas a política habitacional pública, mas também a política habitacional privada. O Conselheiro Abrahão Roberto Kauffman da CBIC, disse que é preciso definir recursos da OGU imediatamente, visto que o Presidente da República é favorável e fazer construções nos vazios urbanos. O Conselheiro colocou a disposição do Ministério, as instalações da CBIC para fazer uma próxima reunião do Comitê, em Brasília, caso haja necessidade. O Observador Amélio Bedin, quis saber como a política vai chegar aos municípios, visto que a gestão dos recursos é preocupante no país. O Conselheiro Nabil Bonduki da FENAVRU, disse que é preciso aprovar as linhas gerais da proposta que foram discutidas no Comitê e consensuadas, retirando apenas as questões polêmicas. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho formado a partir de um representante de cada segmento para aprofundar as questões antes da próxima reunião do Comitê. O Conselheiro Marcos Augusto Netto da CNC, disse que não se pode enfraquecer o comitê no primeiro embate. Afirmou que não é adequado criar um grupo para reunir um membro de cada segmento. Ressaltou que seria necessário fazer um esforço para que o comitê se reúna e que o grupo técnico já fez o trabalho básico. Sugeriu que esse mesmo grupo pegasse todos os documentos e todas as idéias que foram sugeridas e que fosse repassado para os conselheiros com um prazo para receber as manifestações. O Conselheiro Marcos Queiroga da FNP disse que é melhor fazer o encaminhamento da seguinte forma: dar um prazo até o dia quinze de julho, para as pessoas lerem o documento e fazerem suas sugestões,

de preferência trabalhar com as emendas do movimento social, discutindo quais os pontos relevantes e o Ministério mandaria o texto com todas as contribuições recebidas. Concluiu que dessa forma todos iriam assumir o papel de comissão de redação e no dia vinte e nove ou trinta de julho, realiza-se a reunião do Comitê. Sr<sup>a</sup>. Iria Charão finalizou as inscrições recomendando que o relatório do Comitê de Habitação mencionasse as questões consensuais e os pontos polêmicos que ficaram para serem aprofundadas, tais como: criação da agência de regulação, criação da Carteira de Investimentos e Participações, recursos vinculados à Habitação, lucro zero para empreendimentos de Interesse social. O Conselheiro Saulo Manoel da UNMP disse que deveria ser retirada a questão que está sendo chamada de “lucro zero”. O Conselheiro Wanderley da MONAMPE, disse que algumas entidades foram convidadas e não compareceram, essas deveriam ser desconvidadas para serem substituídas por outras. Encerrando o debate o Secretário de Habitação, Sr. Jorge Hereda, sugeriu que a Secretaria estaria recebendo contribuições até o dia 15 de julho e logo após seria marcada uma reunião extraordinária do Comitê. A proposta foi aprovada pela maioria. A Coordenadora encaminhou o segundo ponto da pauta: **2. Recomendações para a criação dos conselhos estaduais e municipais:** O debate deste ponto iniciou na reunião passada do ConCidades a partir de um texto elaborado pela sua Secretaria Executiva e todos ficaram de discutir com suas entidades. O primeiro a se manifestar foi o Observador pelo Estado de São Paulo, Sr. Marco Campagnone, no qual fez um paralelo das dificuldades que existiriam no âmbito federal e que também existem ao nível dos governos estaduais para se criar um Conselho. No entanto, em São Paulo o processo já iniciou, afirmou o Observador. Disse que foi criado um grupo de articulação pelo Direito à cidade, que nasceu da convocação dos 220 delegados da Conferência Nacional. Foi feito um questionário para levantar pontos que podem aprimorar o processo das conferências. O Observador pelo Estado do Ceará, Sr. Francisco (Chico Lopes), relatou que foi feita a primeira reunião no Ceará e estavam presentes vários segmentos. A segunda reunião foi adiada. Observou que existem dificuldades para a criação de um conselho, estando num período eleitoral. O Observador pelo Estado do Rio de Janeiro, Marcos Asevedo fez as seguintes sugestões: a constituição dos fóruns pró-criação dos conselhos da cidade, conforme está na proposta escrita, que os companheiros tenham o compromisso de levar a discussão e a criação dos fóruns objetivando a criação dos Conselhos e, completou dizendo que as propostas apresentadas tanto na Política Habitacional quanto na de Saneamento, os sistemas pressupõem a criação de conselhos. O Conselheiro Luiz da CMP falou sobre a necessidade de se organizar processos de discussão para a criação dos conselhos antes e depois das eleições. O Conselheiro Marcos Augusto Netto da CNC, disse que um grande obstáculo existente para a criação do Conselho é a Câmara Municipal e a Assembléia Legislativa de cada lugar. Já o Conselheiro Gegê da CMP fez um agradecimento em nome da CMP a todos os presentes pela solidariedade demonstrada com ele no período que esteve preso, injustamente. A Coordenadora, Iria Charão submeteu o texto à aprovação do Plenário e este foi aprovado por unanimidade. Logo após, a Sra. Iria deu por encerrado a reunião do dia quinze de junho. No dia seguinte, às nove horas do dia 16 de junho de dois mil e quatro, a Sr<sup>a</sup>. Iria recomeçou a segunda reunião do ConCidades, em conjunto com a Secretária Executiva do MCidades, Sr<sup>a</sup> Ermínia Maricato, encaminhando o terceiro ponto da pauta: **3. Lei do parcelamento do solo-6766/79.** A Secretária de Programas Urbanos, Raquel Rolnik, iniciou o relato da discussão havida no Comitê Técnico Planejamento Territorial Urbano, sobre a revisão

da Lei 6766/79, chamando-a, na nova proposta, de “lei de responsabilidade territorial”. Foram apresentadas todas as propostas consensuadas no Comitê e expostas no Anexo III desta ata, nas quais serão encaminhadas ao relator do projeto, Deputado Federal Evilásio de Farias e a tramitação do projeto será acompanhada por um grupo de quatro, escolhido na própria reunião do comitê. A Secretária enfatizou que o grupo está aberto para integrantes do Comitê Técnico da Habitação e de outros Comitês. Em seguida foram abertas as intervenções e o primeiro a estar com a palavra foi o Conselheiro Sergio Seiko da CNM que sugere que nas propostas de regularização fundiária é preciso promover uma relação com o CONAMA, que atualmente está regulamentando o uso das Áreas de Preservação Permanente, em Áreas Urbanas e, questões como fundos de vale, encostas, mangues estão em discussão e por isso a necessidade de se definir na nova proposta de lei o que são “Áreas Urbanas Consolidadas”. Em segundo lugar ao se tratar do Licenciamento (urbano/ambiental) analisar as interferências previstas em leis específicas que criam freqüentes conflitos entre esferas de governo e que talvez seja preciso definir o que é “impacto ambiental urbano local” como alternativa ao problema. O Conselheiro Demetre Anastassaskis do IAB falou da relação entre segurança patrimonial e da segurança física. Segundo ele, os condomínios fazem cercas fechadas para evitar a violência, porém, favorecem que, os espaços atrás dos muros, sejam transformados em esconderijos de pessoas que praticam a violência a outros. Recomendou que se pensasse alguma legislação específica para regular os condomínios fechados, para fazerem cercas de um modo transparente. Sugeriu também, que nas áreas previstas para a regularização fundiária, se exigisse um desenho prévio. O Conselheiro Marcos Augusto Netto da CNC afirmou que é preciso levar em conta as despesas dos loteadores, visto que as companhias de luz e água exigem que a iniciativa privada faça as instalações e doe para elas, encarecendo o preço do lote e acrescenta, também, que o comprador do lote, se ele tem algum problema financeiro, quer a devolução do dinheiro pago com juros. O Conselheiro José Aparecido Leite da CMP disse que gostaria de saber qual a lei que diz que não se pode fazer escritura em terreno com metragem mínima de 300 metros quadrados. O Conselheiro Raul Carrion da UVB falou que não é suficiente definir a área do lote, mas é necessário definir também a testada. Propôs que é preciso haver uma mediação entre a medida de área livre, de cada loteamento, prevista na Lei 6766/79 que propunha 35% e agora as atuais propostas que ficaram em apenas 15%. O Conselheiro Luiz Carlos da CMP disse que é preciso se trabalhar a compatibilização do impacto de vizinhança com essa nova lei. O Conselheiro Wander da CONAM questionou a demanda dos empresários no que se refere às despesas com a rede de energia e água nos loteamentos. Ele afirma que essas despesas não podem ser da população. O Conselheiro Miguel da UNMP disse que a discussão do Comitê foi muito intensa e importante; várias questões foram tocadas. Afirmou que em relação aos contratos, a discussão não foi fechada e completou que até no STJ - Superior Tribunal de Justiça, o contrato de compra e venda em loteamentos, é considerado dentro da abrangência da lei de defesa do consumidor. O contrato de compra e venda, afirmou, não pode se misturar com a lei de parcelamento. É preciso que as normas de compra e venda estejam num contrato regido pela lei de consumo. O Conselheiro Alceu Moreira do Governo do Estado do Rio Grande do Sul falou que no seu estado, o governo criou a Câmara Setorial de Regularização Fundiária, que inclui os cartórios, o ministério Público e todas as partes que tem relação com a política. Afirmou que qualquer pessoa que queira encaminhar uma área para regularização fundiária, ela entra com um processo na Câmara, e esta,

se reúne ordinariamente e distribui os processos para os mais diversos setores, com prazo estabelecido. Os órgãos ou departamento instrumentalizam o processo e ele vai para discussão e votação na Câmara e completou que grande parte dos conflitos são vencidos por acordo. A Secretária Executiva, Ermínia Maricato, defendeu que a existência de qualquer lote legal é um luxo no nosso país. Afirmou que continuar defendendo o maior número de exigências para o loteador não é possível, é preciso discutir uma diversidade de produtores e de parcerias. É preciso verificar como a população pode exercer a parceria na produção de um loteamento, como alternativa ao crescimento do número de favelas nas cidades. O Conselheiro Demetre do IAB concorda com a Secretária Ermínia, ele acha que devemos estimular formas coletivas de produção do lote e que temos que exigir parâmetros técnicos e públicos. A Conselheira Neusa Santos da UVB sugeriu que as propostas que a Secretária Ermínia defendeu possam ser apresentadas e discutidas no Comitê de Planejamento Territorial Urbano. O Conselheiro Marcos Augusto Netto da CNC afirmou que se quisermos resolver o problema da produção de loteamentos populares, precisamos discutir as questões e garantias do loteador. A Secretária Nacional de Programas Urbanos - Raquel Rolnik passou a responder às questões levantadas pelo plenário. Sobre a Regularização Fundiária não foi exposto nesta reunião esse ponto, mas consta do documento entregue a todos, regularização fundiária de loteamentos irregulares e clandestinos, de ocupações consolidadas, em áreas de preservação permanente e áreas de proteção aos mananciais. Afirmou que debate sobre as novas propostas para a modificação da lei 6766, também está dialogando com a legislação e questões ambientais. Sobre a preocupação dos muros em condomínios fechados está previsto um cuidado, no sentido de se garantir segurança, urbanidade e livre circulação. O princípio da Regularização Fundiária começa com o plano urbanístico aprovado em lei municipal. A secretaria afirmou que foi muito importante o desenvolvimento do debate, principalmente, em relação à definição de quem é a responsabilidade pela implantação da infra-estrutura e completou que se é da concessionária, ou do empreendedor ou ainda da prefeitura, essa é uma questão complicada e, portanto, sugeriu que o comitê trabalhasse mais, para construir um entendimento melhor em relação a essas questões. Esclareceu ainda, que quando se fala em 35% de compensação, está se falando da inclusão do sistema viário e quando foi estabelecido o mínimo de 15% para áreas públicas e equipamentos, na verdade, é a mesma coisa, porque não está computado o sistema viário. Completou ainda, que sobre a escolha de qual regime jurídico que vai proteger os contratos de compra e venda, ficou claro no debate do Comitê, que é mais uma questão que precisa ser aprofundada. Logo após, a Coordenadora Iria Charão encerrou o ponto de pauta com a aprovação do relatório do Comitê apresentado, por unanimidade. A seguir, a Coordenadora, encaminhou o quarto ponto da pauta: **4. PPA e diretrizes para elaboração do orçamento 2005**, apresentando o Sub-Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças Laerte Méliga do Ministério das Cidades no qual fez a apresentação dos seguintes pontos: 1. Crescimento da Dívida no Governo FHC, 2. Resultado Primário, 3. Despesas do OGU, 4. Execução orçamentária e financeira do MCidades, 5. Receita do FGTS e 6. PPA. Todos os participantes receberam um documento explicativo. Após apresentação foi aberta a palavra e o primeiro a falar foi o Conselheiro Benedito da CMP que afirmou que é necessário esclarecer para a imprensa os gastos reais, visto que as matérias de jornais dizem que o Ministério das Cidades gastou 0,98% do orçamento. Já o Conselheiro Orlando Júnior da Fase disse que o Fórum Nacional de Reforma Urbana, estava propondo uma reunião

extraordinária do Conselho, exclusivamente pra poder discutir o PPA , a LDO, Lei Orçamentária de 2005, para que o Conselho incorpore esse debate. É necessário que o Conselho encaminhe o debate das prioridades. O Conselheiro Gegê da CMP, falou que o país está pagando uma dívida grande e essa discussão precisa ser enfrentada para que o Conselho tome decisões mais conseqüentes. O Conselheiro Silvano da ASSEMAE parabeniza o Ministério das Cidades pela retomada do financiamento para o setor de Saneamento, em nome da Assembléia geral da Entidade que representa. Disse, também, que é papel do governo encaminhar um debate através de uma agenda mais tranqüila para fazer as propostas para o orçamento geral da União, bem como, para os recursos do Fundo de Garantia. É preciso pensar em novos projetos de lei que eliminem os limites da legislação atual e que possibilitem a elaboração de projetos sustentáveis para o setor do saneamento ambiental. O Conselheiro Jean Biton da AGB, propôs que seja incorporada na discussão do ConCidades a estratégia que o Ministério elabora para cada item do orçamento. A Conselheira Marli da UNMP, disse que Prefeitos e Governadores não acreditaram que esse ano ia haver a construção de novas políticas e projetos. Ela, também, sugere uma reunião extraordinária para discutir o orçamento. A discussão foi encerrada com a Coordenadora Iria Charão, dizendo que o Ministério iria considerar a proposta porém, precisava primeiro analisar o orçamento disponível. Esclareceu, ainda, que o Ministério tem até o dia 19 (dezenove) de julho para apresentar a proposta orçamentária de 2005, ao Ministério do Planejamento para a sua finalização. Em seguida, a Sr<sup>a</sup> Iria passou a palavra para o Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade, Sr. José Carlos Xavier, para dar um relato da reunião do Comitê Técnico de Trânsito. Transporte e Mobilidade Urbana. Esclareceu que o comitê havia decidido não discutir o todo do documento da nova política, mas apenas levantou pontos para a discussão, conforme anexo IV . A discussão sistematizada e aprofundada ficou encaminhada para a próxima reunião do Comitê e do Conselho. Findo o informe, a Coordenadora encaminhou o quinto ponto: **5.Marco Regulatório do Saneamento**. O Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Sr. Abelardo de Oliveira Filho fez um relato, conforme anexo V, sobre a reunião do Comitê de Saneamento Ambiental e apresentou um resumo da nova política de Saneamento Ambiental. Logo após, foram iniciadas as intervenções do Plenário. O Conselheiro Raul Carrion da UVB, resumiu a discussão havida no Comitê dizendo que foram definidas sete prioridades: 1) barateamento das tarifas de transporte urbano, 2) priorização do transporte coletivo em relação ao transporte individual, 3) incentivo a multimodalidade do transporte urbano, 4) redução do número de mortos e feridos em acidentes de trânsito, 5) garantia de acessibilidade para todos no espaço urbano, 6) planejamento do espaço urbano e 7) ampliação do controle social. Em seguida o Secretário de Saneamento apresenta quatro propostas para resolução do ConCidades, encaminhadas pelo Comitê, conforme publicação em anexo. Submetidas a votação foram todas aprovadas. O Secretário ainda apresentou mais três propostas feitas no Comitê: a realização de uma reunião extraordinária do Conselho para debater o PPA, a LDO e a Lei Orçamentária Anual, através de um meio de comunicação mais apropriado; a mudança da data da terceira reunião do ConCidades para os dias 08 a 10 de dezembro, porque a data anterior coincide com atividades importantes da FUNASA na qual as entidades do Conselho serão convidadas; convidar um representante do Ministério da Fazenda para apresentar e discutir as implicações da política econômica na política de desenvolvimento urbano, em cada Comitê Técnico. Todas as propostas submetidas à votação foram aprovadas por maioria. A última proposta que foi

aprovada, porém dando uma possibilidade de flexibilização pela Secretaria Executiva do ConCidades foi a sugestão de uma pauta para as próximas reuniões do Conselho: para o mês de setembro: 1. apresentação da Política Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana; 2. avaliação dos trabalhos de formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; 3. informes e andamento da Política Nacional de Saneamento Ambiental; 4. apresentação do processo de difusão e implantação do Estatuto da Cidade. Para a reunião do mês de dezembro foram sugeridos os seguintes pontos: 1. apresentação da Política Nacional de Habitação; 2. informes e andamento da Política Nacional de Saneamento Ambiental; 3. avaliação do processo de elaboração dos Planos Diretores; 4. apresentação das propostas para Gestão das Regiões metropolitanas. Logo após foram apresentadas pelo Conselheiro Ricardo Mendanha do FNSDTUT três resoluções sobre a temática trânsito e transporte, aprovadas por unanimidade, conforme publicação em anexo. A seguir foi encaminhada à mesa coordenadora mais uma resolução que propunha a recomendação ao Congresso Nacional e ao Conselho Curador do FGTS, o impedimento das mudanças propostas na lei 8036. A proposta foi aprovada por unanimidade. Logo após a mesa recebeu mais uma proposta de resolução que recomendava ao Congresso Nacional apoiar o projeto de lei 2710/92, aprovado na Câmara e em tramitação no Senado Federal. Colocada em votação foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro Luiz Herlain da CMP propôs a formação de um grupo de trabalho que tratasse dos Impactos da Violência nas Cidades, sugerindo a seguinte metodologia: a) que o grupo reflita a reunião de estudiosos sobre a temática e que seja um grupo de trabalho voluntário, b) acumular pesquisa de dados existentes em uma pasta especial e fazer circular articulações de pesquisa de campo nos principais fóruns de estudo das diversas temáticas que tratam as questões Urbanas, a Cultura, Educação, Saúde e Laser, c) construir um documento informativo dos Impactos da Violência em três níveis: Invisível ou imaterial (não catalogados ou registrados). As registradas consumadas nos serviços públicos – Os Resultados , verificando os Custos e Benefícios dos investimentos públicos na repressão da violência nas cidades (Segurança pública e Segurança privada estimadas), d) constituir o GT. durante a reunião de junho, apresentar as conclusões do trabalho na reunião de setembro e uma vez aprovado circular no país as recomendações do ConCidades que deverá tratar sobre a cultura do efeito rápido, nas cidades, e ao mesmo tempo, o grupo terá reunido as buscas de soluções possíveis, dos diversos atores envolvidos. Não tendo nenhuma objeção do Plenário, a Srª Iria Charão encaminhou a indicação para o grupo de trabalho. As indicações do plenário foram dos seguintes conselheiros: Demetre do IAB, **Flavio Helmann da FNP**, Luiz da CMP, Olinda Marques da Abong. O grupo ficará aberto para receber novas adesões. A seguir a Coordenadora deu por encerrada a segunda reunião do ConCidades e passou a palavra para a Secretária Executiva do MCidades, substituindo o Presidente, Srª Ermínia Maricato, para fazer o encerramento da reunião. A Srª Ermínia fez, primeiro, uma comunicação que o Ministério está organizando um seminário em parceria com o CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, CDUI - Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, Agência HABITAT, Caixa Econômica Federal, IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil, FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana, AGB - Associação dos Geógrafos do Brasil, ANPUR - Associação nacional de Planejamento Urbano e Regional, FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, FNSA - Frente Nacional de Saneamento Ambiental, ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos, Secretaria de Política de Desenvolvimento Regional - Ministério da

Integração, Secretaria de Assuntos Federativos da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, BIRD - Banco Mundial, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, sobre Desenvolvimento Urbano, com o objetivo de iniciar as bases para a construção de uma política nacional de Desenvolvimento Urbano e logo após expressou que ficou muito satisfeita com o trabalho dos Comitês, resgatando apenas, o desafio de continuar fazendo os ajustes e o aprofundamento necessário. Concluiu que a partir deste processo pode ser afirmado que está realmente acontecendo a formulação coletiva da nova política de Desenvolvimento Urbano.